Processo 024.156/2015-9
Tomada de Contas Especial

Parecer

Em face dos elementos constantes dos autos, este representante do Ministério Público de Contas da União manifesta-se em consonância com o encaminhamento oferecido pela unidade instrutiva, em pareceres uniformes (peças 35 a 37), sem prejuízo de propor singelo ajuste no valor do débito calculado no parágrafo 37 da instrução à peça 35.

2. De acordo com os documentos constantes dos autos, a União repassou recursos no valor de R\$ 1.055.327,89 (peça 1, p. 274, e peça 3) e o conveniente, a título de contrapartida, aportou o montante de R\$ 32.639,01 (peça 1, p. 142), totalizando, portanto, **R\$ 1.087.966,90**.

3. Quanto à execução física, o órgão concedente atestou a realização de serviços na importância de **R\$ 1.050.020,65**, conforme tabela (peça 1, p. 286) anexa ao relatório de vistoria técnica à peça 1, p. 280-284. Em que pese as informações apresentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em sede de diligência não tenham sido conclusivas a respeito da possibilidade de aproveitamento parcial e utilização pelas comunidades abrangidas da parcela executada do objeto, a unidade técnica, considerando que o convênio abarcava a execução de diversos trechos de recuperação de estradas vicinais, concluiu, no caso concreto, que se pode aduzir que a inexecução de alguns dos trechos não prejudicaria o atingimento, ainda que parcial, da finalidade do convênio.

4. No que tange à execução financeira – conforme análise da unidade técnica constante da instrução à peça 35, com a qual o Ministério Público manifesta-se de acordo –, o responsável, por meio dos documentos trazidos aos autos nesta oportunidade, logrou comprovar despesas no montante de R\$ 1.055.969,22, ou seja, um pouco maior que o valor atestado pelo FNDE de execução física (R\$ 1.050.020,65).

5. Para fins de cálculo do débito, deve-se adotar o valor de execução de R\$ 1.050.020,65, pois a comprovação da regularidade da aplicação dos recursos deve ser tanto quanto ao aspecto físico quanto ao financeiro¹.

6. Subtraindo do valor total repassado pelos partícipes (R\$ 1.087.966,90) o montante tido como regularmente comprovado - físico e financeiramente – de R\$ 1.050.020,65, chega-se a um débito de **R\$ 37.946,25**. Com vistas a manter a proporcionalidade dos recursos federais e municipais – 97% e 3%, respectivamente, devem-se aplicar os citados percentuais sobre o débito para se chegar aos valores das dívidas do ex-prefeito para com a União, de **R\$ 36.807,86** (R\$ 37.946,25 * 97%), e para com o Município, de **R\$ 1.138,39** (R\$ 37.946,25 * 3%).

¹ Neste ponto está a principal diferença para o cálculo do débito efetuado pela unidade técnica, que partiu do valor considerado regularmente comprovado financeiramente ([R\$ 1.055.969,22 * 3%] – 641,33 = **R\$31.037,74**). O valor de R\$ 641,33 corresponde à diferença entre os montantes comprovado financeiramente (R\$ 1.055.969,22) e o repassado pela União (R\$ 1.055.327,89), diferença esta que teria sido custeada com recursos da contrapartida.

7. Assim, em relação aos recursos federais, o ex-gestor municipal deixou de comprovar a regularidade de sua aplicação no valor de **R\$ 36.807,86**, razão por que o Ministério Público anui à proposta da unidade técnica no sentido de citá-lo novamente por tal montante, já que na citação anterior, cujo fundamento foi a omissão no dever de prestar contas, não considerou o montante da contrapartida aportado pelo Município no cálculo do débito.

8. Quanto aos recursos municipais não regularmente comprovados, de **R\$ 1.138,39**, o Ministério Público sugere que, quando do julgamento de mérito desta TCE, o Município de Sítio Novo/MA e o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão sejam cientificados para que adotem as medidas que entenderem pertinentes.

Ministério Público, em 26 de Março de 2020.

Rodrigo Medeiros de Lima
Procurador